

CÂMARA MUNICIPAL DE CAIEIRAS

ESTADO DE



SÃO PAULO

SECRETARIA PARA AS
DEVIDAS PROVIDÊNCIAS
S. Secret. 14 *[assinatura]*
Presidente

ATA DA DECIMA SESSÃO EXTRAORDINARIA

PRESIDENTE: PEDRO SERGIO GRAF NUNES

1ª SECRETARIA: AFDOQUIA CHAIB FERREIRA NEVES

2ª SECRETARIO "AD-HOC": ANTONIO ROMERO POLLON

Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de hum mil, novecentos e setenta e cinco, às vinte horas, na Sala das Sessões, realizou-se a Décima/Sessão Extraordinária, do Terceiro Ano da Quarta Legislatura, da Câmara Municipal de Caieiras, devidamente convocada pela Mesa, na forma da legislação em vigor. Presentes os senhores PEDRO SERGIO GRAF NUNES, AFDOQUIA CHAIB FERREIRA NEVES, ANTONIO ROMERO POLLON, DERCIO PASIN, JOÃO MENEGATTI, VERQUE JOSÉ GONÇALVES LEME, ESTHER PINTO POLKORNY, SAVERIO AGUSTINELLI, BENEDICTO LOPES DE CAMPOS, MARIO DELLA TORRE e JOÃO HENRIQUE DE MACEDO MENDES. Havendo número legal, o senhor Presidente declara instalada a Sessão. No EXPEDIENTE são apresentados: 1) OFICIO Nº 706, do Chefe da Representação do MINTER no Rio de Janeiro, comunicando a extinção do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo - SERFHAU, ficando, em consequência, a assistência / aos municípios atribuída à Representação do Ministério do Interior no Estado do Rio de Janeiro - REMI. À Secretaria para as devidas providências. 2) CARTÃO da Associação Paulista de Municípios, convidando para o lançamento / do livro "Responsabilidade de Prefeitos e Vereadores", de autoria de Antônio Tito Costa. À Secretaria com vistas aos senhores Vereadores. 3) OFICIO de 10 de setembro, da Associação Paulista de Medicina - Departamento de Clube de Campo, convidando para o Torneio Hípico que promoverá nos dias 20 e 21 do corrente. À Secretaria para as devidas providências. 4) OFICIO de 4 do corrente mês, da Associação de Educação do Homem de Amanhã - Guardinha, de Campinas, convidando para uma reunião de autoridades naquela cidade. À Secretaria para as devidas providências. 5) PORTARIA Nº 865, da Prefeitura do Município de Caieiras, nomeando Comissão para o fim de receber / obra pública. À Secretaria para as devidas providências. 6) OFICIO Nº 992/75, do Prefeito Municipal de Caieiras, encaminhando cópia do relatório do Serviço de Assistência Social da Prefeitura, referente ao mês de julho último. À Secretaria à disposição dos Nobres Vereadores. 7) OFICIO Nº 1268/75, da Procuradoria Geral do Estado - Assistência Jurídica aos Municípios, encaminhando o Parecer nº 7902, em resposta à consulta desta Casa relativamente a dúvidas sobre a remuneração de Vereador - Funcionário. Diz o senhor Presidente que chega hoje a esta Casa a resposta a mais uma das con -

CÂMARA MUNICIPAL DE CAIEIRAS



ESTADO DE

SÃO PAULO

sultas feitas à Consultoria Jurídica do Estado, sendo a principal pergunta a que diz respeito à arrecadação extra-orçamentária, se deve ou não ser levada em conta para cálculo dos três por cento a que se refere o artigo sétimo da Lei Complementar nº 25. A resposta diz que a receita extra-orçamentária não deve ser considerada para o cálculo dos 3% (três por cento). Mas como neste ano a despesa será de apenas seis meses, não haverá problemas.

8) OFÍCIO Nº 996/74, do Prefeito Municipal de Caieiras, encaminhando cópia dos esclarecimentos prestados pela Urbes - Urbanização e Expansão Social / Ltda., em resposta a requerimento do senhor Dércio Pasin. A Secretaria com vistas ao Nobre Vereador Dércio Pasin. Nada mais havendo a apresentar no Expediente, o senhor Presidente dá a palavra ao Vereador que dela queira / fazer uso. Pede a palavra o senhor Dércio Pasin. Senhor Presidente: Com / respeito ao ofício da URBES, estão muito bonitinhas as explicações do Dr. Mário Toledo de Moraes, mas não vem de encontro aos meus reclamos. Primeiramente, essa série de doações que menciona, às entidades públicas, nada mais é do que uma exigência legal. Em todo loteamento o loteador tem que deixar uma área de trinta e cinco por cento entre ruas e áreas livres para o Poder Público. Logicamente não houve aí nenhuma benevolência por parte / da Melhoramentos no que se refere a doações. Em segundo lugar, eu reclamei contra os lotes pertencentes à URBES que se encontram cobertos de mato. Todos os senhores Vereadores são testemunhas que a entrada de nossa cidade / está enfeitada pelo mato que cobre os lotes pertencentes à URBES. O senhor / Dr. Mário Toledo de Moraes não se reportou a esse assunto. Em terceiro lugar, o preço absurdo do metro quadrado, vem por ele confirmar a valorização, pois todos esses lotes foram realmente oferecidos a essas pessoas por preços absurdos, as quais não tiveram condições de adquirí-los. Logicamente, a URBES através dos preços absurdos pedidos, tem condições de esperar o progresso de Caieiras, e consequentemente a valorização. Os lotes por ele citados, e que foram vendidos, o foram no início do loteamento, como o senhor Sebastião Pereira Lima e dona Etelvina da Cantina para que, com algumas construções o progresso viesse àquela região e consequentemente a valorização dos demais lotes lindeiros. Assim sendo, Dr. Mário escreveu muito bonito, como sempre, como fala macio e procura ludibriar as pessoas, mas com referência ao meu requerimento não adentrou ao mérito da questão, porque os lotes continuam sujos, cobertos de matas, enfeitando a nossa cidade, e o preço absurdo pedido está aí confirmado pelo próprio Dr. Mário. Com a



palavra o senhor João Henrique de Macedo Mendes, justifica o pequeno atraso com que compareceu à Sessão. Com a palavra o senhor Dércio Pasin. Senhor Presidente: Eu esperava que algum Colega se manifestasse a respeito, / mas novamente nos conversávamos nos bastidores desta Casa e novamente com referência aos subsídios dos Vereadores. Era esperado que na Sessão Extraordinária de hoje adentrasse a esta Casa o Projeto de Lei complementando aquele crédito para o subsídio dos Vereadores, no entanto, para nossa surpresa, em conversa com o senhor Diretor da Secretaria, o mesmo não recebeu o montante para complementação daquele projeto de lei. Eu manifesto novamente aqui o meu desagrado pela desatenção do senhor Prefeito Municipal para com esta Casa, ele que tem recebido da parte dos senhores Vereadores a máxima das colaborações e, nesse particular, não tem colaborado com os senhores Vereadores. Eu manifesto aqui o meu desagrado porque nós sabemos / perfeitamente que, para alguns Vereadores, essa importância viria melhorar a sua situação financeira. A Lei permite o recebimento, nós já estamos nos batendo há vários meses com respeito à legalização do projeto, no entanto, a cada Sessão que passa, a expectativa dos senhores Vereadores é que a coisa se seja solucionada, e o assunto se estende sem uma solução. Portanto, eu manifesto aqui o meu desagrado e gostaria que os Colegas que também se encontram nessa situação, fizessem uma manifestação pública para que a coisa viesse a uma solução final. Com a palavra o senhor Savério Agustinelli. Senhor Presidente, Nobres Companheiros: Afinal, já nos parece que vimos implorar um direito já concreto. Ora, cabe até uma explicação mais explícita de Vossa Excelência sobre o que ocorre ou de onde parte a dificuldade. Como bem falou o Nobre Colega Dércio Pasin, esta Casa tem apoiado o senhor / Chefe do Executivo, em todo sentido. O que ocorre, notadamente, é que parece que esta composição de Vereadores de Caieiras vem implorar aquilo que é lícito e certo por lei federal. Aguardo, então, senhor Presidente, uma informação mais completa, e, se for o caso, a formação de uma Comissão para esclarecer o assunto. Agradecido senhor Presidente. Com a palavra o senhor Presidente. Quanto a isso, ficou tudo praticamente resolvido com o senhor Prefeito Municipal, só faltou assinar a comunicação da verba. Ontem à tarde ainda telefonei para a Prefeitura mas o Prefeito não estava presente não sendo possível, então, o encaminhamento do ofício a esta Casa. Creio / que algum problema houve lá na Prefeitura, que não é de minha alçada. Creio

CÂMARA MUNICIPAL DE CAIEIRAS



ESTADO DE

SÃO PAULO

que na próxima terça-feira estará aqui essa complementação de verba. Com a palavra o senhor Sáverio Agustinelli. Agradeço as explicações do senhor / Presidente, mas ainda permaneço à disposição de Vossa Excelência e dos Nobres Colegas se for de bom alvitre juntos conversarmos com o senhor Prefeito. Com a palavra o senhor Dércio Pasin. Não concordo com as explicações / de Vossa Excelência, visto que, para a verba do senhor Vice-Prefeito a coisa foi providenciada sem que houvesse uma indagação desta Casa. Então naquele caso o senhor Prefeito passou o carro adiante dos bois e o nosso caso, que é um caso líquido e certo, estamos aqui nessa maratona, nessa expectativa, é nenhuma providência é tomada a respeito. Com a palavra o senhor. Presidente. Que o senhor não concorde com minhas explicações, eu estou de acordo, mas esse problema é do Prefeito. Se ele mandou a do Vice- / Prefeito e a dos Vereadores está demorando um pouco, é problema dele. O senhor pode não concordar com o que eu disse mas não com o que o Prefeito fez ou não. O que eu disse foi o que aconteceu. Agora, se ele fez isso ou aqui- lo, não quer dizer que Vossa Excelência não concorda com o que eu disse, mas sim não concorda com o Prefeito. Em aparte o senhor Dércio Pasin diz que / não concorda com o que disse o Presidente, pois, como Presidente desta Casa e com o achego que mantem com o Prefeito, eu creio que, se houvesse um pouquinho mais de boa vontade a essa altura já estaríamos com o problema / solucionado. Acontece que em todas as sessões as desculpas são as mesmas e nós não vemos providência nenhuma a respeito. Eu sei que os colegas que intimamente se sentem prejudicados, não querem se manifestar publicamente para não se indisponem com Vossa Excelência, mas acho que aqui é o lugar onde se deve lavar a roupa suja, então me manifesto publicamente, porque eu vejo que a cada sessão que passa as desculpas são dadas e nenhuma providên- cia é tomada. Com a palavra o senhor Presidente. Acho que dizer que os Vereadores se acanham, não acredito, porque a Prefeitura está aberta a qual- quer um. Eu fui lá, procurei arrumar a verba, e foi arrumada, inclusive colocando à disposição uma verba de quarenta mil cruzeiros da Câmara. Se o problema é na Prefeitura, então os Nobres Colegas vão à Prefeitura indagar o que anda acontecendo. Eu lá fui, e se não veio hoje, deverá vir terça- / feira. Agora, se o senhor concorda ou não com a minha palavra, então aí é outro problema. Em aparte, fala o senhor Dércio Pasin. Se todos tomassem a atitude que eu vou tomar, por exemplo, até que não se providencie essa verba dos senhores Vereadores, — não porque esteja precisando, quero deixar



bem claro — então a minha atitude vai ser a seguinte, embora não seja acompanhado pelos demais Vereadores: enquanto não for solucionado o problema, não darei meu voto favorável a nenhum projeto, em represália, porque / seria uma maneira de a Câmara mostrar a sua força, pena que os Nobres Colegas não se manifestem também a respeito. Com a palavra dona Afidóquia Chaib Ferreira Neves. Eu gostaria de dizer que também sou bem interessada em receber a remuneração, inclusive estive na Procuradoria em busca de informações, acontece que a Lei vai ter efeito retroativo, quer dizer que o nosso dinheiro está lá, certo e garantido. Que demore uma semana há mais ou uma / semana há menos, isso não viria prejudicar ninguém. Se a Prefeitura está tendo dificuldade em obter a verba, isso que não custa nada a gente dar um crédito de uma semana ao Prefeito. Com a palavra o senhor Dércio Pasin. / Não concordo também com as palavras de Vossa Excelência, porque nós temos / hoje um projeto em segunda discussão, em que o Prefeito anula mais de trezentos e cinquenta mil cruzeiros das verbas dos serviços de água e esgotos, que está prestes a ser extinto, e eu creio que nesse montante poderia ser / incluído perfeitamente a verba dos senhores Vereadores. Ocorre que há má / vontade e está patente. Com a palavra o senhor Verque José Gonçalves Leme. Eu gostaria de dizer uma palavrinha ao Nobre Vereador senhor Dércio Pasin, e explicar a ele que ultimamente tem ocorrido vários problemas na Prefeitura e não é má vontade do senhor Prefeito. Ainda hoje, após o almoço, ele estava me falando dos problemas que tem havido na Prefeitura. Eu até sou / suspeito para falar isso. Moro vizinho dele e tenho acompanhado a perto os seus passos e diariamente, até aos domingos, problemas e mais problemas. / Então eu acredito que até a próxima reunião o caso dessa verba já esteja / resolvido de uma vez. Peço a todos os prezados Colegas que tenham paciência mais um pouquinho e quase que garanto que para a próxima reunião esse / projeto estará aqui em nossa Casa. Com a palavra o senhor Presidente endossa as palavras do senhor Verque José Gonçalves Leme. Com a palavra o senhor João Menegatti. Senhor Presidente, Nobres Colegas Vereadores: Na verdade, nós conhecemos as dificuldades pelas quais passa o senhor Prefeito. / Mas também não poderíamos deixar de lamentar de que a nossa Prefeitura, em proporção à de Franco da Rocha, somos considerados muito aquém de Franco / da Rocha. Assim sendo, senhor Presidente, eu lamento pelo seguinte:... a-
parteando, o senhor Presidente indaga do senhor João Menegatti "muito a-
quém" em que sentido. Diz o senhor Menegatti: financeiramente. E Franco da



Rocha, com uma receita bem inferior à de Caieiras, já está pagando os seus Vereadores, já afastou os funcionários públicos, está em perfeitas condições. E após, analisando o que se disse hoje nesta Casa, com referência / principalmente à consulta feita por Vossa Excelência, nós pudemos notar / que, na realidade, somente uma pergunta foi formulada com referência ao sistema de pagamento aos Vereadores — a que se refere aos três por cento — Também notamos que duas perguntas giram em torno de interesse particular. / Sabemos que é um direito de Vossa Excelência, lógico, lutar com todas as / armas para permanecer no cargo. Em absoluto não recrimino isso, mas vejo os reclamos de diversos colegas e mesmo sabendo que a lei terá efeito retroativo, se o caso for resolvido com brevidade virá sanar compromissos de companheiros. Não seria o meu caso, mas vários companheiros aguardam essa remuneração para saldar compromissos. Então gostaria que Vossa Excelência / tomasse mesmo urgentes providências no sentido de liberar essa verba. Muito obrigado. Diz o senhor Presidente que foram feitas várias consultas, essa não foi a única. E nessa a principal dúvida era quanto à parte orçamentária. As outras duas se referiam aos funcionários, pois temos um funcionário público municipal e outro estadual. Estamos ainda aguardando resposta a outras perguntas. Com a palavra o senhor Dércio Pasin. Eu quero me parabenizar com o Nobre Vereador João Menegatti que, é sabido que sou oposição ao senhor Prefeito mas não ao Município, e os senhores têm tido provas disso, que em quase todos os projetos de lei eu dei meu voto favorável e se sou oposição ao Prefeito não vou por causa disso prejudicar o município rejeitando projetos de lei. Então eu dou meus parabéns ao senhor João Menegatti pois não estou convidando ninguém a subir no meu barco e o Nobre Vereador / João Menegatti, com o bom senso, oportunismo e inteligente que é, viu que o que está errado deve ser criticado. Ele não quer dizer com isso que com essas críticas passa a ser opositor ao senhor Prefeito. O senhor Prefeito, assim como nós, está sujeito a erros que merecem críticas e as críticas devem ser feitas aqui nesta Casa. Parabenizo mais uma vez o senhor Menegatti por ter usado o bom senso e nos acompanhado neste iniciativa. Com a palavra o senhor Presidente dirige-se ao senhor João Menegatti dizendo, embora Franco da Rocha já esteja remunerando seus vereadores, há pouco tempo nem sequer tinham o modelo da resolução. Aqui nós estamos fazendo de vagar, mas queremos acertar para não trazer dificuldades a nenhum dos senhores Vereadores.



dores. Aqui ninguém correrá o risco de devolver o dinheiro, mas lá eles poderão correr esse risco. Também gostaria de dar o meu parecer contra o pronunciamento do Nobre Vereador Dércio Pasin, dizendo ser opositor do senhor Prefeito Municipal. Eu creio que em política, quando se trabalha / junto, um membro de um mesmo Partido não pode fazer oposição ao seu Partido. Caso o seu Partido tivesse condições, eu creio que o Nobre Vereador, / por ser oposição de um companheiro seu, seria o caso de estudos até de uma cassação de mandato, porque no próprio Partido não pode haver oposição. Com a palavra o senhor Dércio Pasin. Deve haver um equívoco de parte de Vossa / Excelência, senhor Presidente, porque de acordo com a legislação o Prefeito Municipal não pertence a Partido nenhum. Ele é um membro independente e pode sofrer as pressões de quem quer que seja. Diz o senhor Presidente que o Prefeito não é de Partido nenhum no papel, mas foi eleito por um Partido. Com a palavra dona Esther Pinto Polkorny. Senhor Presidente, ontem estive / aqui na reunião das Comissões de Justiça e de Finanças e na ocasião estava com o senhor Antonio Romero Pollon. Ele foi até a Prefeitura para saber de / talhes de um projeto com o senhor Donald Savazoni. Quando voltou trazia uma minuta de lei especial, em xerox. Então eu lhe disse que gostaria também de ter uma xerox, recebendo a resposta que lhe fora dada pelo senhor / Donald. Telefonei ao senhor Donald, dizendo-lhe que queria uma xerox daquela lei e, para minha surpresa, disse-me o mesmo que eu deveria pedir ao senhor Prefeito. Disse-lhe então como é que para o senhor Pollon ele havia fornecido. Nesse caso, não quero tomar mais parte em nenhuma Comissão, nem da de Finanças, nem da Justiça. Apresento aqui, senhor Presidente, a minha / renúncia aos cargos que vinha ocupando naquelas Comissões. Era o que tinha a dizer. Com a palavra o senhor Savério Agustinelli. Senhor Presidente, se / nhores Vereadores: Quero me parabenizar com o Nobre Vereador Menegatti e o senhpr Pasin, e ser compatível com o Nobre Vereador Verque, reconhecendo, é muito natural, a tarefa árdua do senhor Chefe do Executivo. Discordando, / com todo meu respeito, da Nobre Vereadora Afdóquia Chaib Ferreira Neves, / quanto à tolerância de esperar ainda mais. Bem sabemos que a lei é retroativa. Ora, até mesmo o senhor Presidente da República, em 1974, antecipou / um aumento de dez por cento, dado ao aumento do custo de vida. Então, se desde julho já vimos com esse direito, e já estamos em setembro, com a expectativa de se prolongar até outubro, sofremos a carga da inflação e da desvalorização. Eu quero declarar de público que eu tenho necessidade do



subsídio a que tenho direito. Muito agradecido. Reafirma o senhor Presidente que se trata de um assunto praticamente encerrado. Até a próxima semana a verba já estará aqui e cada um receberá o que tem direito. Com a palavra o senhor Benedito Lopes de Campos. Senhor Presidente e Nobres Colegas: Não quero dizer que o Chefe do Executivo esteja de má vontade ou então esteja acomodado sobre a verba de representação. Aparteando, o senhor Presidente diz que os Nobres Vereadores estão sempre batendo na tecla de que há má vontade do Prefeito. O senhor Prefeito havia comprado um carro para a Prefeitura, um carro caro, e deixou de comprá-lo, anulando a concorrência, para ceder a verba para a Câmara. Então, não há má vontade. Se tivesse má vontade, ele teria ficado com o carro e pronto. E está procurando resolver o problema de acordo com as possibilidades. Ainda com a palavra o senhor Benedito. Acontece o seguinte: não é que se queira criticar o Prefeito, dizendo que ele tenha má vontade. Mas acontece que mandou um projeto de lei abrindo crédito para a verba de representação do Vice-Prefeito, que é uma pessoa, e deixou onze Vereadores esperando essa oportunidade. São os atos dele que estão causando estranheza e descontentamento. Esclarece o senhor Presidente que para o Vice-Prefeito são apenas sete mil e poucos cruzeiros e para os Vereadores cento e quatro mil cruzeiros, dos quais cinquenta mil já vieram. Agora o Prefeito mandará mais onze mil e poucos e nós pegaremos quarenta mil da Câmara. Não há má vontade do Prefeito. Com a palavra o senhor Savério Agustinelli. Talvez tenha havido um equívoco na interpretação do Nobre Companheiro, senhor Presidente, eu não quiz dizer e nem poderia ter sombra de dúvida de que o senhor Prefeito estivesse retendo aquilo que não lhe pertence. Nada disso está acontecendo. Estou me elevando mais é pela demora. Era o que tinha a dizer. Ninguém mais desejando fazer uso da palavra, o senhor Presidente passa à apresentação dos Projetos de Lei inscritos na ORDEM DO DIA, para PRIMEIRA DISCUSSÃO. Antes, porém, o senhor Presidente nomeia o senhor Mário Della Torre para ocupar o cargo vago de dona Esther Pinto Polkorny nas Comissões de Justiça e de Finanças. Com a palavra dona Afdóquia Chaib Ferreira Neves, alegando não ter tido tempo suficiente para um melhor estudo dos projetos, pois estão há pouco tempo na Casa, pede vistas a todos os que estão na pauta para discussão e votação. O senhor Presidente atende ao pedido de vistas de dona Afdóquia e solicita aos membros das Comissões que providenciem os pareceres escritos sobre os projetos, a maioria deles sobre créditos especiais e suplementares, para que



na próxima sessão já possam ser discutidos com toda a serenidade e não sejam votados num clima de discórdia entre os membros desta Casa. Com a palavra dons Afdóquia Chaib Ferreira Neves diz ter se comprometido, para justificar o pedido, com o Vereador Dércio Pasin, de ir juntamente com ele à Procuradoria Jurídica para se informar a respeito do projeto que diz respeito ao empréstimo de dez milhões de cruzeiros. Infelizmente, devido a outros compromissos não me foi possível acompanhá-lo e assim fiquei sem saber que lá se passou. Com a palavra o senhor Antonio Romero Pollon. Eu gostaria apenas de esclarecer aos demais companheiros que, com referência a esse projeto do empréstimo de dez milhões, tinha ficado a dúvida no que se refere ao Banco do Brasil ficar de posse de parte do ICM da Prefeitura. Mas eu tive a oportunidade de pedir a minuta que veio do Banco do Brasil e, pelas informações recebidas, pode acontecer isso, mas é coisa muito difícil. É só mesmo se a Prefeitura deixar de pagar a prestação que o Banco do Brasil recorrerá a esse meio. Isso é coisa que dificilmente viria acontecer aqui em Caieiras. A outra dúvida se refere à parte dos trezentos mil cruzeiros que, fiquei sabendo, se destinam à cobertura das despesas com o empréstimo. Com a palavra o senhor Dércio Pasin. Com respeito ao assunto em tela, estive ontem na Procuradoria Jurídica do Estado e foi comigo o Nobre Vereador Mauri Gabrielli. Fiz várias perguntas à Doutora Gisele, que está respondendo pela Procuradoria. Então, ela leu o projeto, e como bem disse o Nobre Presidente há poucos momentos atrás, que nada se deve fazer precipitado para não se fazer errado, e na opinião dela, como o projeto é de uma importância vultuosa, maior que o próprio orçamento, de 1976, nas várias perguntas que eu fiz ela acabou ficando em dúvida e pediu-me que, se fosse possível, que as fizesse por escrito. Então, num projeto que à primeira vista nos parece simples, encontramos nada menos que nove perguntas para fazer à Procuradoria. Se o senhor Presidente me permitir, desejo lê-las para que, se esta Casa achar por bem, sejam encaminhadas à Procuradoria. Primeira: quanto ao artigo 1º:- no que diz respeito a demais condições estabelecidas pelo Banco do Brasil a redação está vaga, não há a conveniência ou obrigatoriedade de mencionar quais são essas condições? aqui menciona prazo não superior a dez anos: para salvaguardar responsabilidades, não seria obrigatório ou necessário citar o prazo exato do empréstimo? Segunda: quanto ao artigo 2º:- Naturalmente a aplicação dos recursos obedecerá a uma planificação. Nesse caso, não há necessidade de a planificação fazer parte da lei ou pelo menos de acompanhá-la? Terceira: quanto ao artigo 3º:- Esse artigo vincula as parcelas das quotas do ICM ao empréstimo. É lícito-



ta essa vinculação ? Quarta: quanto ao artigo 4º:- Subentende-se que há / uma carência até o exercício de 1977. Não é preciso mencioná-la textual - mente? Quinta: Quanto ao artigo 5º:- Aachamos vaga a redação desse artigo. Que exatamente quer ele dizer? Que o Prefeito fica autorizado a abrir, me diante decreto, créditos especiais ? É ele uma autorização antecipada pa - ra novos pedidos de crédito ? É lícito autorizar créditos sem mencionar / específica e detalhadamente a sua aplicação e sem citar os meios para co - bertura dos mesmos ? Sexta: O Projeto não menciona a maneira da entrega / do numerário à Prefeitura. Não seria oportuno ou exigível que a menciona - se ? Sétima: Pode a Câmara exigir a apresentação ou anexação da minuta do contrato a ser firmado ? Oitava: É lícita a apresentação de emendas, pela Câmara, ou deverá ela indicá-las ao Prefeito ? Pergunta número nove: A Lei Orgânica dos Municípios, em seu artigo 19, § 3º, nº 1, letra "g", diz ser necessário o voto favorável de dois terços da Câmara para aprovação de projetos de lei relativas a obtenção de empréstimos de particular. Está o projeto incluso nessa exigência ? São nove perguntas e pode ser que algum dos senhores Vereadores tenha mais alguma a fazer, no caso seria acrescen - tada, a apresentar à Procuradoria. Então, eu coloco à disposição de Vossa Excelência, se achar por bem consultar à Procuradoria. O senhor Presiden - te declara que, como o Projeto está de posse de dona Afdóquia, gostaria / que ela o estudasse bem e o passasse o mais breve possível às Comissões / de Justiça e de Finanças para que as Comissões, após também havê-lo estu - dado com cuidado, dissessem da necessidade ou não dessa consulta. Pelo / que fiquei sabendo do Prefeito Municipal, a minuta dessa Lei é de um tipo padrão, que o Banco do Brasil usa quando faz esse tipo de empréstimo. Os projetos, então, têm vista à dona Afdóquia, ficando prejudicada a sua dis - cussão nesta sessão. Nada mais havendo a ser tratado e ninguém desejando / fazer uso da palavra, o senhor Presidente declara encerrada a Sessão, de - terminando a mim, Afdóquia Chaib Ferreira Neves, Primeira Secretária, que lavrasse a competente Ata, em seguida subscrita pelos membros da Mesa. Sa - la das Sessões, em 16 de setembro de 1975.

PRESIDENTE: _____

1ª SECRETARIA: _____

2ª SECRETARIO "AD-HOC": _____